

O PROBLEMA DAS CLASSES MÉDIAS: O LIMITE CONCEITUAL DO NEOMARXISMO E A RETOMADA DAS LUTAS DE CLASSE

Pablo Almada

pabloera@gmail.com

Centro de Estudos Sociais

Universidade de Coimbra

RESUMO

O problema das classes médias tem se constituído como um importante desafio explicativo para a sociologia, principalmente frente ao crescimento da chamada “nova classe média” brasileira. O objetivo desse artigo é elaborar uma análise teórica que questione os fundamentos desse termo nas teorias sociológicas de cunho neomarxista e seus limites. Para isso, se faz necessário revisar algumas das premissas que embasaram as formulações teóricas das classes médias e confrontá-la com a perspectiva de alargamento da classe trabalhadora. Em termos gerais, tais fundamentos tem abdicado de uma explicação que articule a morfologia do trabalho produtivo atual, a exploração e a luta de classes. Portanto, seria possível resgatar tais dimensões? A resposta afirmativa dada aqui caminha por entender tanto a precariedade do trabalho e sua relação com as lutas de classe contemporâneas, que devem ser colocadas em outros marcos analíticos a partir do pensamento de Marx.

INTRODUÇÃO

A definição de trabalho produtivo, na sociedade capitalista, condiz com as capacidades do trabalho em gerar mais valia, ou seja, de autovalorizar o capital. A partir disso, há de se considerar que a análise de Marx resultou em alguns problemas de interpretação, no que concerne à diferenciação entre classes sociais – sobretudo seus estratos medianos - trabalho produtivo/trabalho improdutivo e luta de classes. Esse problema esteve explícito para as concepções de classes sociais, em procurar identificar as classes produtivas e as classes não-produtivas do sistema capitalista, bem como está patente no surgimento das questões acerca das classes médias, desde os anos 1960. Atualmente, esse problema se evidencia ainda mais, conforme se afirma o discurso de uma nova configuração de classes sociais no Brasil, demarcado especialmente pelo crescimento das chamadas “novas classes médias”, um fator que tem sido amplamente caracterizado pela ascensão social, por consumos diferenciados e pela determinação do mercado sobre tal processo.

No tocante a esse conjunto de problemas, parece ser evidente que muitas das análises mais recentes, baseadas nos preceitos do marxismo analítico norte-americano ou neomarxismo, atribuíram a Marx uma incapacidade de compreensão dos meandros existentes entre as classes sociais. Essa consideração está bem delineada nos trabalhos de Erik Olin Wright, que colocaram no centro de sua análise a questão das classes médias. Essa perspectiva se fundamenta a partir da compreensão de que a análise de classes de Marx é reducionista a medida que reforça o processo de polarização de classes e praticamente deixa sem explicação os meandros entre as classes sociais polarizadas.

Nesse sentido, o presente texto irá explorar três momentos que podem ser significativos para ampliar as considerações sobre o que hoje tem se chamado de classes médias. Em primeiro lugar, se faz necessário compreender o ponto de partida da polarização de classes, um entendimento restrito sobre o pensamento de Marx enfatizado por Wright. Num segundo momento, a análise de classes de Wright será tomada como central, procurando demonstrar como os conceitos de lugares contraditórios e de múltiplas explorações acabam por restringir o escopo marxista apenas à esfera produtiva, e nela, dissolver a exploração em nível micro-social. Finalmente, centrarei nas considerações de Daniel Bensaïd sobre a complexidade e atualidade das lutas de classe e procurarei trazer as contribuições que colocam como central o trabalho e a exploração das classes trabalhadoras no capitalismo, problematizando diretamente as teorias sobre as classes médias embasadas no neomarxismo

1. CLASSES MÉDIAS E O “MITO” DA POLARIZAÇÃO

É possível uma análise de classes marxista que desconsidere as lutas de classe? Essa questão, ponto de partida da análise aqui pretendida, se apresenta como um dos principais desafios das teorias denominadas de neomarxistas ou do marxismo norte-americano na compreensão das relações de classe na atualidade.

As considerações de Wright (1983; 1989; 1993; 1998) representam bastante claramente esse problema, conforme sua teoria enfatiza a importância dos *lugares contraditórios de classe* e das *explorações múltiplas*. Os dois conceitos foram formulados mediante o interesse de Wright em colocar a questão das classes médias como objeto de seus estudos, e trazem, *grosso modo*, um entendimento bastante razoável sobre o processo de desenvolvimento e formação de classes. Quanto a isso, o problema parte de uma compreensão restritiva de Marx, destrinchando muito mais algumas sobredeterminações políticas e ideológicas do que as próprias relações econômico-políticas fundamentadas no método de Marx. Nesse sentido, será necessário aqui compreender o pressuposto da polarização de classes, o qual Wright se baseia em sua crítica ao marxismo.

Uma referência bastante conhecida sobre a polarização de classes pode ser encontrada em Marx & Engels (1998), de acordo com o entendimento de que entre as duas classes *em-si*, a burguesia e o proletariado, as camadas médias e a pequena burguesia do Século XIX *apareceriam na tendência para o desaparecimento ou para a proletarização*. No conjunto dessas afirmações, a diferenciação entre os estratos medianos da sociedade (*Mittelstände*) e a pequena burguesia (*Kleinbürgerschaft*) se faz necessária. Marx e Engels compreendiam que os estratos medianos seriam aqueles que “combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como camadas médias” no sentido de sua manutenção de posição perante o processo produtivo anterior, através de uma posição política conservadora e reacionária (p. 49). Não obstante, a pequena-burguesia seria entendida como uma classe intermediária, mas complementar da sociedade burguesa, correndo o risco de serem “constantemente atirados para a concorrência com os proletariados” e que, com o desenvolvimento industrial “desaparecerão por completo como parte autónoma da sociedade moderna e serão substituídos no comércio, na manufatura, na agricultura por capatazes e criados” (p.61-2).

Essa diferenciação acima apresentada deve ser vista perante a compreensão histórica e arquitetônica do Manifesto do Partido Comunista. As duas classes e suas posições políticas conservadoras estão direta e imediatamente relacionadas com polarização político-ideológica

que ocorreu no momento de queda do *Ancien Regime*, conforme a burguesia se apresenta como classe revolucionária e conduz suas aspirações políticas subjetivas como universais. Porém, do ponto de vista estrutural, há uma clareza quanto a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção que, ao longo do desenvolvimento do capitalismo do Século XIX, cada vez mais se impunha como estruturante da sociedade burguesa através das transformações e complexidades das relações de produção. A negação dessas classes evidenciada no processo de polarização, identificava que sob o capitalismo industrial não haveria espaço para o modo de produção anterior proveniente do feudalismo, mas que o trabalho assalariado se imporia enquanto relação laboral a medida que o capital se monopolizaria.

Lukács (2012a), tomando a distinção de classes através da mediação (hegeliana) da consciência, se propôs a distinguir as formas de consciência das classes *em-si*, ou seja, para as classes provenientes da época pré-capitalista (campesinato, classes médias, pequena-burguesia), das classes *para-si* (a burguesia e o proletariado), específicas do capitalismo. Para as classes provenientes da organização pré-capitalista, sua consciência de classe não seria possível de influenciar os acontecimentos históricos porque nas épocas pré-capitalistas os conflitos de classe não transpareceriam, o que não significa que eles não estivessem predispostos. Os elementos econômicos aparecem de forma pouco diferenciada de elementos políticos e culturais. Não obstante, seu argumento é que a consciência de classe se desenvolve nas sociedades capitalistas, através do crescimento da relação de dominação da burguesia. Nas sociedades estamentais, “a consciência do próprio status, como fator histórico real, mascara a consciência de classe, impede que esta última possa mesmo se manifestar” (p. 167). A mudança do pré-capitalismo ao capitalismo fez com que as classes se percebessem de forma consciente e, portanto, empreendessem uma “luta ideológica pela consciência”, revelando o fundamento das lutas de classes. A burguesia e o proletariado, classes sociais inseridas nas relações de produção e que as divide, comporiam os agentes dessa luta. Os camponeses e a pequena burguesia, vestígios dos momentos pré-capitalistas, acabam por recuar em sua consciência porque não se relacionariam com a totalidade social determinada pelas relações de produção.

Em um sentido epistêmico-metodológico, a polarização serviu para se compreender estrategicamente a relação entre *classe-em-si* e *classe-para-si*, bem como as diferenças em termos de consciência de classe, além dos arranjos da produção industrial capitalista. Ainda que seja visto como uma limitação do marxismo (ESTANQUE, 2013), seu sentido metodológico ultrapassa a noção de que haveria apenas burguesia e proletariado, mas

colocaria o desafio de se compreender o “destino” das classes intermediárias ao longo do desenvolvimento do capital. Ao longo dos anos 1960, conforme se evidenciava o crescimento das “novas classes médias”, principalmente nos países centrais, o entendimento restritivo dessa problemática surgiu como um argumento contrário ao marxismo, o qual, a aproximação com as teorias de matriz weberiana poderiam suprir tal lacuna.

Na falta de um enquadramento mais preciso (ou mesmo pela surpresa histórica), muitas das efervescências sociais ocorridas nos países centrais a partir da década de 1960, ou suas novas disposições, foram consideradas como movimentos de classe média (PARKIN, 1967; HABERMAS, 1971; TOURAINE, 1971; EDER, 1993; DELLA PORTA & DIANI, 2006) evidenciando um novo radicalismo o qual a teoria não contemplaria. As análises acerca das *classes médias*, que se apresentavam em crescimento na metade do Século XX nos países centrais, colocaram em evidência as novas configurações sociais, marcadas pelo crescimento dos *white collars*, trabalhadores especializados da gerência e gestão administrativa, seja do Estado, seja das empresas capitalistas (MILLS, 1976).

As considerações tecidas anteriormente nos permite dar novo fôlego ao problema, a partir de duas questões. Ao se desconsiderar a polarização de classes, ou mesmo a considerando parcialmente como algo que pode existir na teoria mas não na realidade imediata, não se estaria perdendo aquilo que é mais significativo no interior da teoria marxiana, a noção de *luta de classes*? Seria possível, a partir da análise do trabalho produtivo, compreender a formação estrutural das chamadas *classes médias* ou tal termo não se coaduna, de fato, com as disposições reais das classes sociais no capitalismo? Pretendo explorar, ainda que de forma inicial, as duas perguntas, através do argumento de que a compreensão equivocada da polarização de classes, especialmente a efetivada pelo neomarxismo, alimenta a compreensão da noção de classe média independente e até mesmo oposto da noção de classe trabalhadora.

2. ERIK OLIN WRIGHT E A EXPLORAÇÃO SEM EXPLORAÇÃO

O marxismo *rational choice* procurava consolidar o viés do individualismo metodológico como sendo “a posição segundo a qual todas as instituições, padrões de comportamento e processos sociais só podem ser em princípio explicados em termos de indivíduos: suas ações, propriedades e relações” (ELSTER, 1989, p. 36). Tal posição, enquanto fundamento do marxismo analítico encontra alguma restrição no pensamento de Wright. O autor se afasta conceitualmente dessa metodologia, por entender que as

implicações micro-sociológicas “não são suficientes para controlar o poder explicativo das teorias de nível-macro” (WRIGHT, LEVINE, & SOBER, 1993, p. 218). A contradição entre indivíduo e coletividade é um ponto fulcral para o debate da relação entre classes sociais, pois se voltarmos ao método de Marx, a abstração razoável somente se daria depois de se haver constatado as sínteses e gêneses de determinados processos sociais (MARX, 2011; LUKÁCS, 2012b).

Ao contrário, a posição de Wright cria uma indefinição ao considerar que as explicações micro deveriam ser o fundamento para a explicação da análise de classes, no sentido de requisitar uma baixa abstração, contrariamente às análises macro (WRIGHT, 1989). O pretense afastamento que Wright propõe do micro-social, cuja ênfase estaria em considerar a sociedade subordinada às práticas e posições individuais, recai em seguida em uma análise centrada no micro-social, o que de fato se torna bastante estranha essa oscilação caso não seja entendida, em seu primeiro momento, apenas em nível discursivo.

Em seu primeiro modelo analítico de classes, Wright (1983, p. 11-13) aponta que Marx entenderia as classes sociais pelo menos de quatro formas: como um conceito relacional; contendo relações antagônicas e não simétricas reciprocamente; mas que o fundamento objetivo desses interesses seria a exploração; e que o “segredo invisível” da exploração estaria na organização do sistema de produção, afirmando que “esta conceitualização resulta no quadro, caracteristicamente polarizado, que se encontra ao longo da maior parte da análise que Marx faz do modo de produção capitalista em *O Capital*”.

Sob o último aspecto, a polêmica sobre a polarização de classes, Wright tem ciência de que esse quadro estaria presente sob os aspectos observados por Marx naquele momento (Século XIX) como tendência histórica, porém, não se poderia desconsiderar que a análise de classes além de, como já dito antes, comportar o viés das classes médias, deveria ser analisado mediante as transformações ocorridas nas relações de produção que, se naquele momento apontavam para uma polarização, o movimento *real* do capital acabou por fragmentar, pelo menos aparentemente, a classe trabalhadora em decorrência dos processos produtivos existentes. Isso significaria dizer que, se a polarização for tomada de forma definitiva e a-histórica, poder-se-ia compreender, assim como o faz Wright, uma tendência para a polarização. Evidentemente que o problema aqui apresentado nos leva a perceber a emergência da classe média como um fenômeno social do qual não se explica somente pelos desenvolvimentos abstratos do modo de produção capitalista, mas sim, pelas relações estabelecidas entre a expansão e fragmentação da classe trabalhadora, pelo papel do Estado no intermédio entre capital e trabalho e também pelas várias disposições e desenvolvimentos do

capital em sua subsunção real.

Retomo a polêmica apresentada no excerto anterior. Em *O Manifesto do Partido Comunista*, texto base para essa polêmica, ainda não há por completo um desenvolvimento da noção de classes em relação ao capital, mas sim, um desenvolvimento ideológico da noção de classes, o que resulta numa polarização do ponto de vista do posicionamento político a ser desdobrado. Embora essa afirmação possa ser objeto de outras polêmicas no pensamento de Marx, poderia se dizer que Wright considera sim as lutas de classe no interior da estrutura micro-social, assim como postulada em grande maioria dos autores que compartilham do viés estrutural(ista), como Poulantzas, Bourdieu e até mesmo Braverman. Entretanto, desconsidera que as lutas de classe são a *contradição capital e trabalho em movimento*, cuja origem se dá na expressão ontológica do trabalho como alienação e estranhamento e que é na afirmação positiva do segundo, subsumindo negativamente o primeiro que se fundamenta o domínio do capital na sociedade capitalista. Em suma, pode-se dizer que Wright resolve parcialmente o problema pois desloca sua compreensão da relação com o todo do trabalho social e o todo do capital.

Vejamos como o autor prossegue suas considerações através de seus modelos analíticos.

Wright procurava explicar a classe média através de uma “unidade política” da qual poderia ser analisada em termos de *lugares contraditórios de classe*, trabalhando com critérios diferenciadores, como a propriedade dos meios de produção, a autonomia da produção, o controle sobre as forças de trabalho e as relações de poder, separando a propriedade e o controle dos meios físicos de produção e do processo de produção (ESTANQUE, 2000, p. 29-31). A noção de lugares contraditórios de classe leva em consideração que uma classe pode possuir uma dupla (ou tripla, etc.) designação contraditória, ser ao mesmo tempo classe explorada e classe exploradora, definida através das relações entre classes e seus posicionamentos, o que faz com que a “relação trabalho-capital deva ser vista como um combinado de práticas relacionais”, enfatizando a composição das relações de classe em duas dimensões, as “relações de propriedade ou de posse e [as] relações de posse ou controle”, a primeira ligada ao conceito de exploração, a segunda ligada ao conceito de dominação (WRIGHT, 1989, p. 302-3).

Por conta dessas distinções, se poderia perceber algumas das cisões que existiriam em termos das classes de trabalhadores assalariados. Os *gestores* ocupariam uma posição no controle das relações de trabalho ao mesmo tempo que estariam localizados como classe trabalhadora por vender a sua força de trabalho ao capitalista. Os *experts, técnicos de vários*

tipos e profissionais qualificados estariam dispostos como classe trabalhadora e pequena-burguesia, porque ao mesmo tempo que vendem sua força de trabalho estariam próximos do controle direto do próprio processo de trabalho, sendo assim, “empregados semiautônomos”. Os *pequenos empregadores* combinariam relações pequeno-burguesas, no sentido de produção direta de seu trabalho conjuntamente com seus empregados, como também, relações capitalistas, ao explorar o trabalho alheio.

Ainda que esse modelo analítico tenha sido criticado por conta de sua insuficiência na operacionalização, ou mesmo, em referência ao desprendimento das relações produtivas, Wright se afasta do problema do ponto de vista da relação entre valor-trabalho. Isso porque há, novamente, uma subsunção das relações de exploração pelas relações de dominação, criando uma indefinição sobre aquilo que poderia ser criterioso para conceituar as relações intermediárias entre as classes, que a princípio estaria formulada apenas em termos políticos e não em termos político-econômicos (BENSAÏD, 1999; ESTANQUE, 2000).

Não abandonando o conceito de lugares contraditórios, o segundo modelo explicativo de Wright (1989) procurou evitar o déficit da exploração em sua análise de classes. Apropriando-se do conceito de *múltiplas explorações* (feudal, capitalista e socialista), elaborado por John Roemer, Wright procurou compreender o desenvolvimento do mercado nas sociedades capitalistas, enfatizando as relações de propriedade. Segundo o próprio Wright:

O que parece claro para mim agora é que a definição de classes em termos de relações de propriedade não deve ser identificada com as definições estritamente baseadas no mercado. Considerações sobre as relações de propriedade de classe não definem as classes por ações de rendimento, pelos resultados de transações de mercado, mas pelos ativos produtivos que controlam as classes, que persuadem elas a adotarem certas estratégias nas relações de troca, e que por sua vez determinam os resultados das transações do mercado (...) Restam ainda diferenças significativas diferenças entre o uso weberiano do critério para a definição de classes e o uso marxista das relações de propriedade, mas a distinção não é capturada pelo simples contraste entre “troca” e “produção” (1998, p. 73)

O resultado foi a tentativa ampliar as localizações estruturais das classes médias, através de uma visão multidimensional que combinaria os *lugares contraditórios de classe* com a *exploração de classe*, mediante os interesses materiais. A noção de múltiplas explorações considera “distintos mecanismos de exploração que podem ser diferenciados com base no tipo de meios de produção, a posse (ou controle) desigual que permite que a classe explorada apropriar parte da mais valia socialmente produzida” (p. 306). Com isso, se poderia distinguir quatro desses recursos pautados na desigual posse ou controle que edifica as formas de exploração: a feudal, a capitalista, a estatista e a socialista.

Ampliando a composição dos mecanismos de exploração na sociedade atual e permitindo que o mecanismo de exploração, de um indivíduo ou de uma classe, poderia se concluir que há, concomitantemente, o exercício de um tipo de exploração combinada exercida juntamente com outro tipo de exploração sofrida. Desse modo, a definição das classes médias comporta “aquelas posições no interior da estrutura de classes que se veem exploradas ao nível de um dos mecanismos de exploração mas que a outro nível surgem como exploradores” (WRIGHT, 1994, p. 25), o que afirma, contudo, que analisar as classes medias significa pensar nas relações entre posições contraditórias dentro de uma mesma estrutura de classes e suas diferentes formas de explorar e ser explorado.

Outro problema analisado por Wright (1994) gira em torno das subclasses, ou seja, uma classe constituída por pessoas que não tem uma ligação com o mercado de trabalho e se diferenciam das classes polarizadas dentro das relações estruturais. Para isso, a proposta é de que se observe dois parâmetros dessa questão: a subclasse por *opressão econômica não-exploradora* e uma subclasse por *opressão econômica exploradora*. A opressão econômica seria relacionada ao bem estar material do grupo de pessoas e privações materiais de outro grupo, o que implica em uma coação moralmente condenável. As subclasses estariam inteiramente relacionadas com a capacidade de apropriação da mais-valia produzida pelos grupos explorados, criando uma mútua dependência, dos explorados para com os exploradores e dos exploradores para como os explorados. O fundamento dessa dependência está na noção de mais-valia das apropriações classistas e, por isso, “uma subclasse pode ser definida como uma categoria de agentes sociais que são economicamente oprimidos, mas que não são explorados de uma maneira estável dentro da produção capitalista” (p.30).

De forma geral, há dois problemas referentes às análises de Wright: primeiro, a simultaneidade da classe média entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, criando uma *indefinição*; segundo, as tensões entre *estrutura e história*. No que concerne ao primeiro ponto, fica evidente que as classes médias seriam simultaneamente classes capitalistas e classe trabalhadora, porque a definição estrutural dos lugares contraditórios é mais forte do que a das múltiplas explorações, no sentido que é o primeiro que guia o segundo, ou seja, são os lugares contraditórios que determinam as múltiplas explorações. Apesar de se dar importância ao segundo fator, a inversão da relação superestrutural (lugares contraditórios) com a relação estrutural (múltiplas explorações) é patente, confirmada através da referência que localização das subclasses poderia se dar fora do processo produtivo.

O segundo ponto recorre através do problema entre estrutura e história porque o recorte de Wright é bastante estático para conseguir contemplar as alterações que são dadas

historicamente no “mundo do trabalho”: ao se separar a relação de classes (lógico-analítico) da análise histórica, incorre no erro de compreender as classes sociais isoladas das transformações produtivas, especialmente àquelas ocorridas a partir dos anos 1960, fato que é significativo para a articulação da exploração entre as classes. Dito de outra maneira, Marx analisava as classes sociais do ponto de vista da produção mas intrinsecamente ligada à circulação de mercadorias e a reprodução global do capital, fato que em Wright, há uma desconexão entre essas três dimensões e suas inter-relações contraditórias, que se complexificam ainda mais ao longo do desenvolvimento do capitalismo (BENSAÏD, 1999)

O fato é há, notavelmente, uma subordinação da exploração, no nível econômico-político, à dominação, em nível cultural, gerando uma disparidade latente nos argumentos. A localização de classe seria apenas um posicionamento “geográfico”, independente dos interesses de classes e dos interesses divergentes mesmo dentro da própria classe, pautados pela exploração. Não se trata, na realidade de uma exploração estática “tipo ideal”, mas da exploração resultante dos desenvolvimentos contraditórios do capitalismo, que podem significar, tanto a exploração na produção, como a exploração no mercado de trabalho, como a exploração em setores de fluxo de mais-valia, como o setor de serviços.

Por outro lado, os termos que fatorializam as classes (ainda que seja no sentido de destrinchar analiticamente os intermédios de classe), separam a estrutura de classes da formação de classes, a luta de classes e a consciência de classe, como se cada um deles não fossem dependentes uns dos outros, ou mesmo que, apenas para fins analíticos, pudesses ser apresentados separadamente. Ao contrário, Marx (2011) observava que a realidade não se poderia ser dada em termos de separações unilaterais, mas de relações, ou seja, de lutas de classe que produzem, por conseguinte, as classes sociais.

Especificamente na análise de Wright, o enfoque lógico se sobreporia ao histórico, criando uma abstração pouco diferente da história idealista. Por isso, ao afirmar que “conceito de classe é capaz de ser usado na análise de processos de nível micro, com um relativo baixo nível de abstração” (WRIGHT, 1989, p. 276), está sendo dito que, ao mesmo tempo, não haveriam diferenças das formas de exploração sentidas no nível micro e macro, e que a abstração necessária seria apenas aquela que pudesse diferenciar a polarização de classes que impediria de se verificar o crescimento dos estratos medianos de classe. No entanto, interessaria compreender o processo de formação das classes médias e os desenvolvimentos políticos delas.

O uso de uma espécie de “teoria dos jogos”, na combinação analítica das explorações contraditórias, perde de vista a contradição estruturante entre trabalho e capital, favorece o

apriorismo de que o Estado (*Welfare State*) conseguiria fazer uma mediação política entre as classes suficientemente eficaz – através do salário e do acesso ao mercado – por meio da exploração econômica e do projeto político dominante, assegurados por um crescimento econômico favorável aos Estados. Isso fortaleceria a perspectiva de “socialismo de mercado”, onde o acesso igualitário ao mercado é pautado pelo direito individual à ele, desconsiderando a contradição entre exploradores e explorados no processo produtivo e de reprodução do capital.

Daniel Bensaïd (1999, p. 248-9) aprofunda essa crítica, no sentido de observar essa incongruência a nível econômico-político, pois “se os quadros são explorados (enquanto força de trabalho) e exploradores (enquanto detentores de um capital de organização), eles deveriam ter um interesse objetivo na eliminação da exploração capitalista e numa sociedade baseada exclusivamente na exploração organizacional. Não é praticamente o caso”.

O problema recai sobre a exploração. Enquanto critério que poderia diferenciar a relação de classes e compreender como as classes médias se inserem no processo de produção, circulação e reprodução do capital, a supressão do valor-trabalho por uma duvidosa exploração “tipo ideal”, dificulta a compreensão do que de fato seria essa exploração. Por outro lado, a exploração “tipo ideal” apenas permite que se homogeneíze essa relação medindo-a pelos padrões dos países centrais do capitalismo, desconsiderando tanto a desigualdade entre centro-periferia e os níveis de exploração existentes nas periferias do capitalismo.

3. A FORMULAÇÃO DAS LUTAS DE CLASSE E SUA ATUALIDADE

A fim de colocar termo sobre essa questão, pode-se afirmar que o critério que Marx (2002; 2011) utilizava para a compreensão do problema das classes sociais ampliava a discutível determinação “direta” entre a estrutura econômica e a superestrutura ideológica e política. No modo de produção *especificamente* capitalista, não haveria uma polarização das classes sociais “em si”, mas sim, uma estrutura de classe muito mais complexa. Na tentativa de destrinchar esses meandros, deve-se considerar que as classes sociais se revelam no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, articuladas no interior de três processos: *o processo de produção, o processo de circulação e o processo de reprodução global do capital* (BENSAÏD, 1999).

Dito isso, se faz necessário apontar alguns desses momentos na *produção*, ou seja, na forma da divisão entre *trabalho necessário* e *trabalho excedente*. Primeiramente, na aquisição

da *mais valia absoluta na subsunção formal*, onde o conflito de classes aparece na disputa pela redução da jornada de trabalho, dividindo o tempo entre trabalho necessário e trabalho excedente. Em um segundo momento, *aparece* na aquisição da *mais valia relativa na subsunção real*, ou seja, no conflito de classe na manufatura, através do domínio do trabalho parcelar e ruptura com a hereditariedade dos ofícios. Em um terceiro momento, aparece na combinação dos *dois* processos anteriores, ou como aparência de uma “lei geral da acumulação capitalista”. O último movimento pode ser observado em dois termos. O primeiro, através de como conflito de classe aparece na relação antagônica de exploração, implicando o aumento da força produtiva social do trabalho que se impõe ao trabalhador individual, e que cria meios de dominação e exploração do trabalhador, tornando-o parcial e acessório da máquina ao destruir o conteúdo do trabalho.

Nesse momento, a ciência é incorporada como processo autônomo ao trabalho desfigurando o trabalho do trabalhador. O segundo, conforme se complexificam as relações de produção capitalista, o proletário acaba por considerar como “leis da natureza” as relações emergentes desse processo de trabalho, cuja consequência é romper com a resistência do trabalhador, mantida sobre a lei de oferta e procura (da economia clássica) e pelo “equivalente” (formal) salarial, resultando numa situação em que o próprio trabalhador fica “abandonado” à essas leis fictícias, resultando a mutilação física e mental, a submissão que reproduz o afastamento aparente do Estado da ordem produtiva, e que, por isso, desfaz a percepção do trabalhador enquanto “sujeito mítico” (p. 153-155).

Essa relação se desenvolve na *circulação*, cujas metamorfoses da produção revelam um aprofundamento da separação do trabalhador dos seus meios de produção, aparecendo-os assim, pela posse de sua força de trabalho, como mercadoria sob a propriedade de outrem (realizada ou a ser realizada), comprada no mercado indistintamente às outras mercadorias. Essa separação se apresenta na relação de compra e venda da força de trabalho, supondo ser o capitalista o comprador, e, o trabalhador o vendedor, finalizando-se numa relação de assalariamento ao último. Somente através de um desenvolvimento do capitalismo que se pode compreender essa relação, onde, na circulação do capital, se teria a apropriação do produto excedente do trabalhador, assim como a exploração através de uma relação salarial. Trata-se, nesse momento, de uma “negociação conflitual da [compra e venda] da força de trabalho enquanto mercadoria” (p. 157), mas que, de forma alguma, elimina a exploração do trabalho concebida anteriormente, ao contrário, a aprofunda, apesar do constituinte salarial aparecer enquanto mediação, ou seja, apenas formalmente. A separação, portanto, divide o comprador e o vendedor da força de trabalho, estabelecendo uma nova relação conflitiva, a do

trabalho produtivo e do trabalho indiretamente produtivo (p. 155-158).

Essa definição portanto, se coaduna com Marx (s/d, p. 110) que define que o trabalho produtivo é justamente o trabalho que tem por fim a produção direta de mais valia, ou seja, que se realiza no produto, na mercadoria; trabalhador produtivo é aquele que executa um trabalho produtivo, que valoriza o capital, ou seja, que o “processo de trabalho seja igual ao processo de consumo produtivo de capacidade de trabalho”. Por sua vez, o trabalho improdutivo pode ser visto como o contrário do trabalho produtivo; porém, não simplesmente, é o trabalho que é consumido por seu valor de uso e não por seu valor de troca, ou seja, cujo consumo dessa mercadoria não teria, *pelo menos diretamente*, em vistas de valorização do capital.

Num terceiro momento, na *reprodução global*, as classes assumem sua determinação através da “combinação da relação de exploração na produção, da relação salarial e da produtividade/não-productividade do trabalho na circulação, da distribuição de renda” (p. 158-9). Parece ser decisivo afirmar que, tanto os assalariados da função pública, como os trabalhadores da circulação, “que trazem valor excedente ao seu empregador e são submetidos a condições de exploração comparáveis às que suportam os trabalhadores da produção” (p. 159), igualmente são, na reprodução, incorporados como classe trabalhadora. O trabalho produtivo também pode ser referido através do trabalho imaterial (intelectual) que tanto produz mercadorias quanto gera capital para outrem no ato de produzir, como no caso dos professores:

Nos estabelecimentos de ensino, por exemplo, os professores, para o empresário do estabelecimento, podem ser meros assalariados (...). Embora eles não sejam trabalhadores produtivos em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresário (...) [que] permuta seu capital pela força de trabalho deles e se enriquece por meio desse processo (MARX, 1987, p. 404).

Ao afirmar essa contradição, de que o mesmo trabalho pode ter ou não ter caráter produtivo, fato delineado, não meramente de acordo com sua finalidade, mas sim, de sua relação direta ou indireta com o capital, em especial, na relação com o trabalho imaterial, coloca-se também em discussão a produtividade na educação e no conhecimento. No entanto, há de se diferenciar que se esses trabalhadores se submetem indiretamente ao trabalho produtivo, essa submissão é formal ao capital e, portanto, “pertencem às formas de transição” (MARX, s/d, p. 115). Não significa que permanecerão nessa forma *ad eternum*, mas ao contrário, podem ser produtivos a medida que o produto de seu trabalho pode ser consumido por seu valor de troca, e não apenas por seu valor de uso. Em suma, e com enfoque no assalariamento de professores e mesmo em relação ao conhecimento, o trabalho pode tanto

ser improdutivo como produtivo, mas a *tendência* do trabalho improdutivo é a de se tornar produtivo, devido à própria lógica do capital.

Visto as três dimensões apresentadas acima, é possível identificar que a relação de classes não ocorre apenas na produção, mas também na circulação e na reprodução global. Pois, o que identifica uma relação de classes em sua forma mais geral é a *exploração do trabalho total* – que ocorre nas três dimensões – *pelo capital total*, gerando, assim, uma taxa média de lucro acima do formal “equivalente” pago ao trabalhador, o salário. Caso isso não seja compreendido, a luta de classes torna-se apenas um conflito em termos ideológicos, com posições antagônicas de classe, o que, na realidade, não avança para mais nada senão uma explicação “superestrutural”, ou seja, de tentar definir as classes ideologicamente, e não em termos da relação conflitiva em termos da produção, da circulação e da reprodução do capital.

Tais desenvolvimentos estão fundamentados na determinação de conceitos provenientes da relação de trabalho – produtivo e improdutivo, mais-valia e lucro, produção e circulação – cuja tendência é a análise da realidade concreta articulada em sua totalidade. Por isso, a compreensão das classes não poderia ser dada em outros termos senão da estruturação pela luta entre as classes, não redutíveis apenas à produção, nem à mera soma de indivíduos. Isso coloca em xeque as possibilidades de se pensar o marxismo enquanto um conjunto de dados meramente sociológico, com influência direta nas relações de classe, ou apenas atribuindo uma importância empírica significativa, como nos estudos do marxismo analítico.

Ao se revitalizar a noção de luta de classes, pode-se observar que, atualmente, parte das “localizações” de classe que identificam as classes médias são referências indiretas à circulação e reprodução global do capital. Nesse sentido, ao se compreender as classes trabalhadoras assalariadas e suas capacidades produtivas ou improdutivas, deve-se considerar os limites quanto ao pertencimento de um assalariado qualificado à essa classe (FAUSTO, 1987). No tocante à essa questão, as relações entre trabalhadores produtivos (pagos diretamente pelo capital) e os trabalhadores improdutivos (pagos pelos rendimentos), se concatenam com os critérios de venda de sua força de trabalho *ao capital* em troca de um salário. A partir disso se pode verificar a inserção direta ou indireta no processo global de produção do capital. Assim, considerar os trabalhadores improdutivos não significaria dizer simplesmente que esses trabalhadores não participam do modo de produção capitalista, mas que seu trabalho ocorre fora do processo *imediato* de produção, no compartilhamento da mais-valia circulante, de onde são gerados os montantes para o pagamento dos salários, resultando na diferenciação entre classes exteriores *do* sistema e classes exteriores *no* sistema.

Outra solução para a questão pode ser verificada ao se compreender a centralidade

ontológica do trabalho e sua pormenorização na atual morfologia do trabalho (ANTUNES 1995; 2005). No capitalismo o trabalho produtivo é o trabalho produtor de mais-valia, seja direta ou indiretamente, e que se desenvolve na relação de produção através do pagamento de capital-dinheiro e não por rendimento. Nesse caso, evidencia-se tanto o fluxo de capital como a característica produtiva do setor de serviços, remunerado por parte do capital gerado na produção de mais valia. Assim, tanto faria se o trabalho é material ou imaterial, a determinação se encontra precisamente na capacidade de produção de mais valia. A partir dessa constatação, faria sentido ampliar a noção de classe trabalhadora, a *classe-que-vive-do-trabalho*, que incorporaria o proletariado industrial e rural, assalariados do setor de serviços e o proletariado precarizado, o subproletariado, terceirizados, trabalhadores da economia informal e desempregados. Mas aqui não se incluiriam os gestores e funcionários do capital com boas remunerações, ou especuladores financeiros, ou pequenos empresários ou a pequena burguesia proprietária.

A partir desse breve panorama, pode-se repensar como a noção de classe média tem escamoteado as relações mais profundas de precarização do trabalho. Como parece ser evidente, a temática das novas classes médias tem aparecido recentemente como uma consequência do aumento do consumo e sua combinação com a abertura de postos de trabalho, avanço nas políticas de redistribuição, “aquecimento” do mercado internacional e, evidentemente, como reflexo das políticas de neo-desenvolvimentismo. Tanto por parte das divulgações do governo federal, como dos meios de comunicação, o termo “Classe C” ou “D” tem sido um sinônimo usual para a definição socioeconômica das classes médias na estratificação social brasileira. Porém, por mais que tais referências passem muito distante da noção de trabalho, o entendimento aqui é que tal fenômeno de nova classe média se dá como um sinônimo da precarização do trabalho. Com isso, não haveria possibilidade senão considerar a inter-relação entre a *forma* das classes médias e sua realidade enquanto *classe-que-vive-do-trabalho*.

Porém, restaria então saber em que sentido a atual faceta da precarização do trabalho pode resultar em uma luta de classes. Ao assim considerarmos a exploração do capital que incide sobre o trabalho precário, pode-se compreender uma estreita relação no interior das formas-mercadoria, ou seja, um enraizamento dos conflitos em *mediações* sociais alienadas (POSTONE, 1993). Isso significa que desde os aspectos de redução da jornada e valor de força de trabalho ou tempo necessário para a produção, bem como o enraizamento de outras demandas no interior das mercadorias, surgem novos conflitos de classe, relativos aos aspectos da vida cotidiana, os quais se encadeiam e se diluem nos intermédios das classes

sociais. Portanto, os antagonismos das relações de classe emergem na forma de continuação de conflitos, que se tornam momentos do desenvolvimento da *totalidade* e na dialética entre *produção e apropriação*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Efetivamente, o que se pode concluir, portanto, é que, desde a primeira década dos anos 2000, conforme se tem crescido um modelo de desenvolvimento econômico cujo padrão do trabalho é o da precariedade, não se poderia abolir a noção de trabalho produtivo para explicar as facetas concernentes às classes médias. Isso porque não se pode considerar que a morfologia das classes sociais se refira apenas aos aspectos salariais, de qualificação ou ainda, internamente à indefinição sobre a exploração. Ao contrário, trata-se de procurar compreender que essa nova morfologia amplia a precarização, o que faz com que o critério empregatício não seja determinante, tampouco a relação com o mercado. Há sim, uma transfiguração das lutas de classe no interior do mercado, mas elas também refletem as dinâmicas do próprio trabalho produtivo, ou seja, sua produção e apropriação de mais valia. Com esse movimento, a incorporação do setor de serviços – em suas várias componentes – no interior das classes trabalhadoras, reduz por consequência a aparência de nuances realmente distintas entre os estratos medianos. Com isso, a noção teórica de classe média fracassa, pois seus limites se diluem na morfologia da classe trabalhadora que, por consequência, se encontram também perante novos problemas relacionados ao cotidiano social. O agravamento da precarização do trabalho e sua precarização da vida cotidiana tem cada vez mais se tornado um determinante para inquietações e efervescências políticas diferenciadas, as quais, muito das reivindicações políticas de Julho de 2013 esboçaram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **O Caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o Intempestivo**: Grandeza e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DELLA PORTA, Donatella, & DIANI, Mario. **Social Movements**: An Introduction. Oxford: Blackwell, 2006.

- EDER, Klaus. **The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies.** London: Sage, 1993.
- ELSTER, Jon. **Marx, hoje.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- ESTANQUE, Elísio. **Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado.** Porto: Afrontamento, 2000.
- _____. **A Classe Média: Ascensão e declínio.** Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.
- FAUSTO, Ruy. **Marx: Lógica e Política - Investigações pra uma reconstituição do sentido da dialética (Vol. Tomo II).** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HABERMAS, Jurgen. **Toward a Rational Society: Student Protest, Science and Politics.** Boston: Beacon Press, 1971.
- LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.
- _____. **Para uma Ontologia do Ser Social I.** São Paulo: Boitempo, 2012b.
- MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do Processo de Produção Imediata.** São Paulo: Moraes, 1984.
- _____. **Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico - Livro 4 de O Capital. Vol. I.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- _____. & ENGELS, Fredrich. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. **O Capital: Crítica da Economia Política - Livro Primeiro: O processo de Produção do Capital. Vol. I.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da Crítica da Economia Política.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- MILS, C. Wright. **A nova classe média.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- DELLA PORTA, Donatella, & DIANI, Mario. **Social Movements: An Introduction.** Oxford: Blackwell, 2006.
- EDER, Klaus. **The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies.** London: Sage, 1993.
- ELSTER, Jon. **Marx, hoje.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- ESTANQUE, Elísio. **Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado.** Porto: Afrontamento, 2000.
- _____. **A Classe Média: Ascensão e declínio.** Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.
- FAUSTO, Ruy. **Marx: Lógica e Política - Investigações pra uma reconstituição do sentido da dialética (Vol. Tomo II).** São Paulo: Brasiliense, 1987.

- HABERMAS, Jurgen. **Toward a Rational Society: Student Protest, Science and Politics.** Boston: Beacon Press, 1971.
- LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.
- _____. **Para uma Ontologia do Ser Social I.** São Paulo: Boitempo, 2012b.
- MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do Processo de Produção Imediata.** São Paulo: Moraes, 1984.
- _____. **Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico - Livro 4 de O Capital.** Vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- _____. & ENGELS, Fredrich. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. **O Capital: Crítica da Economia Política - Livro Primeiro: O processo de Produção do Capital.** Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da Crítica da Economia Política.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- MILS, C. Wright. **A nova classe média.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- PARKIN, Frank. **Middle-class Radicalism: The Social Bases of the British Campaign for Nuclear Disarmament.** Manchester: Manchester University Press, 1967.
- POSTONE, Moishe. **Time, Labor, and social domination: A reinterpretation of Marx's critical theory.** New York: Cambridge University Press, 1993.
- TOURAINÉ, Alain. **A Sociedade Post-Industrial.** Lisboa: Moraes, 1971.
- WRIGHT, Erik. Olin. O que é neo e o que é marxista na análise Neomarxista das classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 12, 9-40, 1983.
- _____. Rethinking, once again, the concept of class structure. In: WRIGHT, Erik Olin, **The Debate on Classes.** London: Verso, 1989.
- _____, LEVINE, Andrew, & SOBER, Elliot. **Reconstruindo o Marxismo: Ensaios sobre a explicação e teoria da história.** Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. **Classes.** London: Verso, 1998